



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL



www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 01 de setembro de 2026



**Mês de
prevenção
ao suicídio**

**Setembro
amarelo**

**Valorizar a vida é o primeiro
passo para iluminar a
esperança.**

**Sua vida vale muito.
Precisamos falar sobre isso.
Ligue 188**

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

(PEC) nº 221/2019. Os atos foram organizados pelas centrais sindicais, pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT).



A mobilização ocorre às vésperas de uma semana decisiva para a proposta, que prevê a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. A expectativa é que a PEC seja votada pelo Senado nos primeiros dias de setembro. O primeiro passo será dado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tem votação prevista para esta quarta-feira (2/9).

Para que a proposta avance no Senado, serão necessários pelo menos 49 votos favoráveis, entre os 81 integrantes da Casa. Por isso, as entidades sindicais defendem o fortalecimento da mobilização e a ampliação da pressão sobre os parlamentares.

Domingo de mobilização reforça pressão pelo fim da escala 6x1



Trabalhadores e trabalhadoras ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras neste domingo (30) para defender o fim da escala 6x1 e pressionar o Senado pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição



Na capital paulista, milhares de pessoas participaram do ato realizado na Avenida Paulista. A manifestação

Brasília-DF, 01 de setembro de 2026

reuniu trabalhadores, representantes de movimentos sociais e dirigentes das centrais sindicais, que reforçaram a importância da mobilização popular na reta final da campanha pela redução da jornada e pelo fim da escala 6x1.

NCST reforça mobilização



O vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Nailton Francisco de Souza (Porreta), destacou que a votação entra agora em uma fase decisiva e afirmou que a mobilização dos trabalhadores será fundamental para garantir um resultado favorável no Senado.

Segundo o dirigente, as centrais sindicais e os sindicatos filiados irão intensificar as ações ao longo da semana, levando informação à população e ampliando a pressão sobre os senadores.

"Semana que vem os senadores irão votar ou não, o fim da escala seis por um. E o resultado positivo vai depender muito da nossa mobilização. A partir de amanhã as centrais sindicais e os sindicatos filiados às centrais sindicais estarão distribuindo jornais, panfletos e mobilizando a população."

Nailton também anunciou novas atividades de mobilização na capital paulista. Nesta segunda-feira (31), os trabalhadores estarão no Largo da Concórdia. Na terça-feira (1º/9), a ação será realizada no Parque Dom Pedro. Já na quarta-feira (2), dia previsto para a votação na CCJ, a mobilização ocorrerá no Lago Treze.

A agenda faz parte do esforço das entidades sindicais para manter a pressão sobre o Congresso e ampliar o apoio à PEC. A mobilização nas ruas busca reforçar uma mensagem aos senadores: a redução da jornada

e o fim da escala 6x1 são reivindicações dos trabalhadores e devem avançar no Senado.

Fonte: NCST

Chapa única é eleita para continuar à frente do SINTIPAR em Rio Negrinho e região

Cintia Tandler Ronska foi reeleita presidente do sindicato, que inicia uma nova gestão com o compromisso de seguir atuando na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores



A Chapa 1 foi eleita para continuar à frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça, Distribuidoras de Material de Higiene e Limpeza, Indústrias Químicas, Material Plástico e Artefatos de Borracha de Rio Negrinho e Região (SINTIPAR). A eleição ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto, envolvendo trabalhadores da categoria.

Ao final da votação, a chapa única recebeu 249 votos favoráveis, enquanto 5 votos foram registrados em branco, confirmando a continuidade da atual direção da entidade sindical.

Com o resultado, Cintia Tandler Ronska foi reeleita presidente do SINTIPAR, juntamente com os demais integrantes da Diretoria da Chapa 1. A nova gestão terá pela frente a responsabilidade de continuar representando os trabalhadores e fortalecendo a atuação sindical na defesa dos direitos, das conquistas e dos interesses da categoria.

Após a confirmação do resultado, Cintia Tandler Ronska agradeceu aos trabalhadores, dirigentes, colaboradores e apoiadores que contribuíram para o processo eleitoral e destacou a importância do trabalho coletivo para a continuidade da atuação sindical.

Brasília-DF, 01 de setembro de 2026

"Obrigada pela ajuda e pelo carinho dos meus nobres amigos, só tenho gratidão pela ajuda e dedicação de cada um que nos ajudou no pleito eleitoral", afirmou.

A presidente também fez questão de agradecer aos profissionais que contribuíram diretamente com o processo eleitoral e aos integrantes da diretoria que aceitaram permanecer na condução da entidade.

"Obrigada Dr. Jairo, mais uma vez fazendo o trabalho excelente, ao Cláudio por estar ao meu lado em todos os momentos e me ajudando sem medir esforços, e aos meus diretores por aceitar e escolher mais uma vez estar junto na direção do sindicato. Pois só juntos podemos fazer a diferença. Gratidão a todos", completou Cintia.

A manifestação reforça o caráter coletivo da atuação sindical, baseada na participação dos trabalhadores, na união da diretoria e na construção conjunta das ações da entidade.

Matéria completa: <https://fetiesc.org.br/2026/08/chapa-unica-e-eleita-para-continuar-a-frente-do-sintipar-em-rio-negrinho-e-regiao/>

Fonte: Fetiesc

Marli Leandro é reeleita presidente do SINTRIVEST com 95,21% dos votos

A eleição mobilizou 2.064 trabalhadores e trabalhadoras das indústrias do vestuário, bordados, couro, calçados e segmentos similares de Brusque e Guabiruba



Um dia histórico para a categoria! Assim pode ser definida a eleição realizada nesta terça-feira, 25 de agosto, que confirmou a continuidade de Marli Leandro à frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Bordados, Couro, Calçados e Similares de Brusque e Guabiruba (SINTRIVEST).

Ao todo, 2.064 trabalhadores e trabalhadoras compareceram às urnas para participar do processo eleitoral e escolher a nova diretoria da entidade. Com ampla aprovação da categoria, Marli Leandro foi reeleita com 1.963 votos, correspondentes a 95,21% dos votos registrados.

Do total, 88 trabalhadores (4,26%) votaram em branco, enquanto 11 (0,53%) anularam o voto. O resultado expressa a confiança da categoria no trabalho desenvolvido pela direção sindical e garante a continuidade do projeto de representação dos trabalhadores e trabalhadoras do setor.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC) acompanhou todo o processo eleitoral do SINTRIVEST, contribuindo para a organização e a condução do pleito. A Federação esteve representada por meio de sua assessoria jurídica, sob responsabilidade do advogado Jairo Leandro Rodrigues.

Para o presidente da FETIESC, Idemar Antonio Martini, o resultado demonstra a força da organização sindical e a confiança depositada pela categoria na diretoria eleita.

"A expressiva votação recebida pela companheira Marli Leandro é o reconhecimento do trabalho realizado pelo SINTRIVEST e, principalmente, da confiança que os trabalhadores e trabalhadoras depositam em sua direção. Uma eleição com mais de 95% de aprovação demonstra que a categoria reconhece a importância de ter um sindicato forte, atuante e comprometido com a defesa dos direitos, dos salários e da dignidade de quem trabalha", destacou Martini.

Segundo o presidente da Federação, a participação dos trabalhadores no processo eleitoral também fortalece o movimento sindical.

"A democracia sindical se fortalece quando os trabalhadores participam, comparecem às urnas e decidem os rumos da entidade que os representa. A FETIESC parabeniza toda a categoria pela participação e a nova diretoria pela vitória, reafirmando que continuará ao lado do SINTRIVEST na defesa dos interesses dos trabalhadores", acrescentou.

Matéria completa: <https://fetiesc.org.br/2026/08/marli-leandro-e-reeleita-presidente-do-sintrivest-com-9521-dos-votos/>

Fonte: Fetiesc

Brasília-DF, 01 de setembro de 2026

Oposição tenta manter 44 horas e ampliar exceções na PEC da escala 6x1

Emendas alongam transição, ampliam espaço para acordos e flexibilizam segundo dia de descanso. Relator defende manutenção do texto aprovado pela Câmara. Proposta abre pauta da CCJ do Senado na quarta-feira.



Das 25 emendas apresentadas à PEC que acaba com a escala 6x1, nove são de autoria do senador Izalci Lucas. Saulo Cruz/Agência Senado

Senadores de oposição lideraram uma tentativa de flexibilizar pontos centrais da PEC que acaba com a escala 6x1, primeiro item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (2). As propostas tentam manter a jornada de 44 horas em algumas situações, ampliar o espaço para negociação entre patrões e empregados, criar exceções e estender o prazo para a chegada ao limite de 40 horas semanais.

A PEC 221/2019 recebeu 25 emendas. Izalci Lucas (PL-DF) apresentou nove, Oriovisto Guimarães (PSDB-PR), seis, Hermes Klann (PL-SC), três, e Hamilton Mourão (Republicanos-RS), uma. Juntos, concentram 19 propostas.

O texto aprovado pela Câmara reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal e garante dois dias de repouso remunerado, sem redução salarial. A transição dura 14 meses: o teto cai para 42 horas dois meses após a promulgação e chega a 40 horas um ano depois. A proposta já admite alguma flexibilização por acordo ou convenção coletiva. As emendas da oposição procuram ampliar esse espaço e criar novas exceções.

[Veja as emendas apresentadas à PEC do fim da escala 6x1.](#)

Manutenção das 44 horas

Izalci quer preservar na Constituição o atual limite de 44 horas semanais e deixar eventual redução para acordo ou convenção coletiva. Na prática, a emenda retiraria da PEC a redução obrigatória para 40 horas.

Oriovisto também propõe exceções ao novo teto. Uma de suas emendas permite jornadas de até 44 horas por lei, acordo ou convenção coletiva em setores

como saúde, transporte, segurança, comércio, hotelaria, agronegócio e serviços essenciais.

Mais tempo para chegar às 40 horas

Oriovisto propõe reduzir uma hora por ano: 43 horas no primeiro ano, 42 no segundo, 41 no terceiro e 40 apenas no quarto. O texto da Câmara conclui a transição em 14 meses.

Izalci apresentou proposta semelhante, também levando a jornada às 40 horas no quarto ano e preservando durante a transição acordos e convenções já em vigor. O senador do PL do Distrito Federal aceita o limite de 40 horas em uma de suas propostas, mas permite que a escala seja definida até por acordo individual escrito.

Hamilton Mourão quer autorizar, mediante negociação coletiva, jornadas como 12x36 e escalas 4x4 e 3x3. Oriovisto também propõe mais liberdade para acordos e convenções organizarem a distribuição da jornada.

Segundo dia de descanso também é alvo

Izalci tenta modificar outro ponto central da PEC. Em suas emendas, mantém dois dias sem trabalho, mas permite que apenas um seja considerado repouso semanal remunerado em determinadas situações.

O segundo poderia ser tratado como dia útil não trabalhado, sem os mesmos reflexos sobre outras parcelas remuneratórias e sobre o FGTS.

As outras seis propostas foram apresentadas por Vanderlan Cardoso (PSD-GO), Laércio Oliveira (PP-SE) e Mara Gabrilli (PSD-SP), com duas cada. Mara, por exemplo, propõe regras próprias de transição e jornada para cuidadores.

Relator quer preservar texto da Câmara

Relator da PEC, Omar Aziz (PSD-AM) já sinalizou resistência às mudanças. O parecer apresentado na quinta-feira (27) recomenda a aprovação integral do texto da Câmara e rejeita as 12 primeiras emendas.

As outras 13 foram apresentadas depois e encaminhadas ao relator. Até agora, o parecer disponível no Senado ainda não se manifesta sobre elas.

A estratégia de Omar Aziz é evitar mudanças de mérito e uma nova passagem pela Câmara. A PEC ainda precisa de dois turnos no Plenário do Senado, com ao menos 49 votos em cada um. Se prevalecer a posição do relator, o texto poderá seguir para promulgação. Se o Senado aprovar alguma mudança de mérito, terá de voltar à Câmara.

Fonte: Congresso em Foco